

# POLÍTICAS DE INCLUSÃO PÚBLICA: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA

## *PUBLIC INCLUSION POLICIES: A CRITICAL LOOK AT BRAZILIAN REALITY*

Max Clayton Marques<sup>1</sup>, Getúlio de Souza Nunes<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto promove uma revisão crítica das políticas públicas de inclusão educacional no Brasil e evidencia as discrepâncias entre o que está previsto na legislação e o que se observa na prática dentro das escolas públicas brasileiras, em particular no âmbito do ensino público básico. A investigação examinou normas como a Constituição Federal brasileira, LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destacando os obstáculos enfrentados na implementação dessas medidas devido às limitações estruturais e sociais presentes no contexto educacional do país. A carência de capacitação adequada para os docentes, propostas curriculares inflexíveis e instalações inadequadas são apontados como entraves significativos nesse processo. A pesquisa se baseia em revisão de literatura e análise de documentos para identificar essas barreiras e sugerir medidas práticas com o objetivo de desenvolver um sistema educacional que favoreça uma inclusão genuína e duradoura. São discutidas perspectivas futuras que contrastam planos de continuidade com investimentos e melhorias futuras para enfatizar a importância de políticas eficientes na redução das disparidades e no estímulo da equidade no acesso à educação e na sua qualidade.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas, Inclusão Educacional, Educação Inclusiva, Infraestrutura Escolar, Formação de Professores, Desigualdade Social, Brasil.

**Abstract:** *This text promotes a critical review of public educational inclusion policies in Brazil and highlights the discrepancies between what is foreseen in the legislation and what is observed in practice within Brazilian public schools, particularly within*

*the scope of basic public education. The investigation examined norms such as the Brazilian Federal Constitution, LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) and the Statute of Persons with Disabilities, highlighting the obstacles faced in the implementation of these measures due to the structural and social limitations present in the country's educational context. The lack of adequate training for teachers, inflexible curricular proposals and inadequate facilities are highlighted as significant obstacles in this process. The research is based on a literature review and document analysis to identify these barriers and suggest practical measures with the aim of developing an educational system that favors genuine and lasting inclusion. Future perspectives are discussed that contrast continuity plans with future investments and improvements to emphasize the importance of efficient policies in reducing disparities and encouraging equity in access to education and its quality.*

**Keywords:** *Public Policies, Educational Inclusion, Inclusive Education, School Infrastructure, Teacher Training, Social Inequality, Brazil.*

### I. INTRODUÇÃO

No Brasil, a inclusão na educação é garantida por uma série de leis estruturantes. A CF - Constituição Federal (1988), a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), PNEE - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão - Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015). Apesar disso, há estudos que mostram uma realidade diferente e preocupante;

<sup>1</sup>Psicólogo, Professor Especialista de Psicologia do Centro Universitário ENIAC. Mestrando em Psicologia da Educação no Centro Universitário UNIFIEO. e-mail: max.marques@eniac.edu.br

<sup>2</sup>Professor Doutor do Centro Universitário UNIFIEO. e-mail: @unifieo.br

práticas não são as que efetivamente são possíveis, em muito, o que as leis determinam, principalmente em se tratando do ensino público (IBGE, 2023).

As dificuldades para a inclusão são de ordem estrutural e esperadas naquilo que determinam as leis (Vasconcelos et al., 2020). As escolas enfrentam problemas como currículos inflexíveis em relação à diversidade dos alunos (Vasconcelos et al., 2020) e aos diferentes tipos de inteligência (Gardner, 1995). De um lado, se chama a existência de discurso que faz referência à inclusão, de outro, a prática é de que a inclusão é limitada a uma presença física na escola e isoladamente nesse aspecto é visto pelas políticas públicas de qualidade (Mantoan, 2015).

No cenário ideal, as políticas públicas voltadas para a inclusão visam suprir a necessidade em questão, a educação, da equidade para grupos socialmente vulneráveis. Apesar disso, a realidade econômica e social do Brasil é marcada por desigualdades, o que implica pobreza no ensino e dificuldade no acesso ao mesmo. Por conseguinte, é necessário que haja disposições legais que busquem mais do que a mera presença física do aluno nas instalações escolares.

Dessa forma, tais políticas se transformam em programas que atendem os grupos vulneráveis, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) e o Programa Bolsa Família (Lei nº 10.836/2004), entre outros. Contudo, existem dificuldades com a implementação destes programas que acabam por comprometer a efetividade das políticas, eliminando ainda mais as mudanças reais.

Portanto, o problema desta pesquisa reside em compreender as barreiras que tornam ineficazes as políticas públicas de inclusão educacional no Brasil, em particular para os grupos socialmente vulneráveis. A pergunta do problema do artigo é a seguinte: quais as principais dificuldades que não permitem o funcionamento das políticas inclusivas na vista do Brasil? Seriam ações e aprimoramentos direcionados ao alcance e à efetividade esperada.

A justificativa da pesquisa, portanto, é a

necessidade que um país tão populoso e com desigualdades tão marcantes (Silva, 2023) em oferecer um sistema educacional que garanta a matrícula, ofereça educação de qualidade e o desenvolvimento completo do indivíduo, relevante para a vida. Esta análise espera contribuir com o campo educacional e das políticas públicas, trazendo uma análise crítica embasada nas dificuldades atuais, sugerindo soluções viáveis para uma inclusão mais eficaz e sustentável. O objetivo geral do presente artigo é identificar as principais dificuldades existentes na efetivação das políticas de inclusão e apresentar propostas de intervenção que auxiliem na realidade estudada.

A estrutura da escrita apresenta a definição dos principais conceitos, um referencial teórico sobre educação e psicologia, uma revisão das políticas públicas educacionais de inclusão no Brasil, a identificação e análise das barreiras na implementação, pesquisa sobre estudos de caso na educação, uma discussão das perspectivas teóricas e práticas, breves propostas de intervenção e recomendações e as conclusões, incluindo perspectivas futuras.

## II. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo conta com uma abordagem baseada em revisão bibliográfica e análise crítica, apoiada em recursos tecnológicos que organizam e explicam o conteúdo ao máximo. Os materiais e métodos utilizados são os seguintes:

Revisão bibliográfica: Leitura de artigos, livros e pesquisas na academia sobre inclusão educacional e políticas públicas. As bases de dados acadêmicas utilizadas na recuperação de estudos recentes sobre políticas de inclusão são Scielo, CAPES e Google Acadêmico. Entre os documentos a serem utilizados estão: LDB, PNE, Política Nacional de Educação Especial e Estatuto da Pessoa com Deficiência. Relatórios estatísticos: O suporte quantitativo e uma visão panorâmica sobre inclusão educacional serão dados extraídos de instituições como IBGE e INEP.

Inteligência Artificial (IA): Utilizado Chat GPT como ferramenta para sumarizar os tópicos pesquisados com as leituras recomendadas, de modo a otimizar o tempo de pesquisa aberta para possibilitar a compreensão inicial de conteúdo que pode ser denso por natureza; de modo algum para elaborar algo. Zotero foi utilizado para incluir todas as referências bibliográficas e mantê-las organizadas. Critérios de seleção de estudos: Publicações da última década foram priorizadas, contudo combinadas com autores clássicos sobre o tema da inclusão (como Vygotsky e Freire). Estudos selecionados especificamente para esta análise, considerando sua relevância direta para políticas inclusivas e revisões de implementação no Brasil.

Método de análise: Análise documental, com leitura de leis e normas para verificação das metas e objetivos das políticas públicas, que visam à inclusão; revisão de literatura, trazendo uma visão comparativa de abordagens acadêmicas, das dificuldades e sucessos da implementação das políticas; estudos de caso de práticas específicas de inclusão no nível escolar como o uso do DUA - Design universal para aprendizagem e tecnologias assistivas.

Limitações: A revisão da literatura é feita com base em fatos existentes e pode não ser capaz de colher novas práticas na base. As diferenças na implementação de políticas inclusivas entre as regiões podem não as tornar universais.

### III. DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS

Políticas Públicas: são ações e diretrizes do governo ou de instituições públicas para resolver problemas sociais e trazer o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Abrangem a saúde, a educação, a segurança, a moradia, o meio ambiente e a assistência social. Buscam ser uma resposta do governo às demandas da população. Envolve políticas sociais, políticas econômicas e políticas ambientais, políticas de segurança. A construção dessas políticas passa por várias etapas e requer a

colaboração de diferentes esferas do governo, da sociedade civil e de outros setores, envolvendo sempre uma sociedade mais equilibrada e justa.

Políticas Públicas de Inclusão Educacional: São desenvolvidas para garantir acesso, qualidade e equidade no sistema educacional. Buscam garantir o direito à educação, promover o desenvolvimento do sujeito e atender às demandas sociais e econômicas. Em tópico posterior, serão listadas e desenvolvidas algumas destas políticas.

### IV. REFERENCIAL TEÓRICO

Embora o tema seja atual, a problemática é antiga, sendo abordada de diferentes maneiras ao longo das décadas.

John Dewey (1916) já tratava da importância de uma educação democrática e inclusiva, na qual a escola pudesse ser vista como espaço de experiência social e participação cidadã.

Lev Vygotsky (1934) trouxe a teoria da zona de desenvolvimento proximal, postulando o quanto as interações sociais e o ambiente são facilitadores na aprendizagem, o que daria origem, futuramente, ao construtivismo.

Paulo Freire (Freire, 1997) acreditava que a educação deve ser uma prática libertadora e inclusiva, abrangendo grupos marginalizados e promovendo uma consciência crítica.

Howard Gardner (1983) trouxe a teoria das inteligências múltiplas, tema que reforça a necessidade de práticas inclusivas e de respeito à diversidade de habilidades e estilos de aprendizagem.

José Pacheco (2002) traz uma proposta de educação inclusiva mais moderna, com práticas que desafiem as normas tradicionais e promovam a equidade e o apoio a estudantes com diversas necessidades educacionais.

### V. REVISÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO NO BRASIL

Políticas públicas são desenvolvidas sob a

direção de teorias que oferecem a estrutura do processo de decisão. São exemplos a Teoria do Ciclo de Políticas (Mainardes, 2006), que divide o processo em etapas; a Teoria Incrementalista, que considera que essas políticas são uma continuação das atividades anteriores do governo, com pequenas modificações e mudanças graduais; e um Agenda-Setting (Brasil & Jones, 2020), que prioriza os problemas que precisam de solução.

Tais políticas estão em constante formulação e reformulação, pois novos problemas são identificados, metas são estabelecidas de acordo com mudanças sociais e/ou culturais. Implementação, com a aplicação prática e alocação de recursos; avaliação, para verificar resultados e medir resultados; e reformulação, quando há necessidade de ajustes. Envolve o governo, escolas, famílias e comunidade, sempre com base nas legislações essenciais, como a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, PNE - Política Nacional de Educação.

As principais áreas de atuação das políticas públicas educacionais são:

**Educação Básica e Inclusão Universal:** A educação básica é um direito fundamental (CF, 1988). Políticas como o PNE - Política Nacional de Educação devem promover esse direito, com metas de acesso e qualidade; o Fundeb (Fundeb 2020), que financia a educação básica no país; pode-se incluir aqui a obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos, com o objetivo de garantir acesso contínuo da educação infantil ao ensino médio.

**Educação Inclusiva:** Existe para garantir que alunos com necessidades especiais, como deficiências físicas ou dificuldades de aprendizagem, e mesmo questões sociais, recebam apoio extra e recursos adaptados dentro das escolas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um exemplo, porque oferece ajuda específica além das aulas comuns, para que esses alunos possam aprender e participar das atividades escolares.

**Educação Integral e Jornada Ampliada:**

Educação Integral e Jornada Ampliada são políticas que buscam aumentar o tempo que os alunos passam na escola, oferecendo atividades extras além das aulas regulares. Programas como o Mais Educação e a Educação em Tempo Integral incluem atividades no contraturno, como esportes, artes e apoio ao aprendizado, para ajudar no desenvolvimento completo dos alunos, tanto em habilidades acadêmicas quanto sociais.

**Formação e Qualificação de Professores:** Reforçada por programas como a Política Nacional de Formação de Professores (Decreto no 8752, 2016), que oferece capacitação contínua, e o PNDL - Programa Nacional do Livro Didático (Programas do Livro - home, [s.d.]), distribui materiais de qualidade para escolas públicas, garantindo que todos os alunos tenham acesso aos mesmos conteúdos.

**Formação Inicial e Continuada:** voltada para a diversidade em sala de aula, a preparação docente deve ir além dos conteúdos tradicionais, abordando de forma prática e teórica temas como inclusão, estratégias pedagógicas adaptativas e metodologias diferenciadas. É necessário para que educadores aprendam a considerar e atender às necessidades de alunos com diferentes perfis de aprendizagem, oferecendo suporte adequado e ambiente inclusivo e acolhedor. A formação contínua permite que os professores acompanhem as inovações em recursos e metodologias, como as tecnologias assistivas, trazendo uma prática pedagógica atualizada e inclusiva. No Brasil, o investimento em programas de capacitação específicos para inclusão ainda é limitado, mas em um cenário ideal, esses programas seriam parte integrante da carreira docente, com treinamentos frequentes e especializados para atender às demandas da diversidade escolar.

**Educação Profissional e Técnica:** Programas como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

**Avaliação e Melhoria da Qualidade:** A qualidade do ensino é monitorada por meio de sistemas de avaliação como o SAEB (Sistema de Avaliação da

Educação Básica) e o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que fornecem dados para o aprimoramento contínuo das políticas educacionais.

Ensino Superior: Para democratizar o acesso ao ensino superior, são oferecidos programas como o ProUni (Programa Universidade para Todos), que concede bolsas de estudo, o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), que facilita o financiamento estudantil, e o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), que distribui vagas em universidades públicas.

Boas práticas: Em países como Finlândia, Canadá e Nova Zelândia, as políticas inclusivas integram alunos com diferentes necessidades no sistema educacional. Práticas como a formação contínua de professores em inclusão, currículos flexíveis que respeitam ritmos de aprendizagem e o uso de tecnologias assistivas são comuns. Esses países contam com um sistema de apoio integrado, que inclui psicólogos, terapeutas e assistentes educacionais nas escolas, garantindo suporte completo aos alunos.

Adaptar essas práticas ao contexto brasileiro, no entanto, exige considerar a realidade das escolas públicas, que em muitos casos enfrentam dificuldades de infraestrutura e falta de recursos humanos especializados. Mesmo assim, há pontos que podem ser trabalhados aqui, como ampliar o uso de tecnologias assistivas, flexibilizar o currículo para atender à diversidade e fortalecer a formação docente com foco na inclusão.

## VI. PROGRAMAS VOLTADOS À INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Quando se estuda as vulnerabilidades sociais, diversas políticas públicas tentam garantir o direito à educação para a promoção da igualdade de oportunidades para as pessoas que passam por dificuldades econômicas, culturais ou sociais. Disso, surgem programas relevantes para atingir esse objetivo:

Programa Bolsa Família e Auxílio Brasil: Criados para oferecer valores em dinheiro para famílias mais pobres, com a condição que a criança precisa esteja na escola e frequente às aulas. Além do apoio financeiro, garante que os filhos continuem estudando.

Plano Nacional de Educação: O PNE é um plano que busca oferecer a escola para todos, sobretudo pessoas de baixa renda, indígenas e pessoas com deficiência, buscando uma educação que respeite as diferenças.

Educação Indígena e Quilombola: Criação de escolas próprias para tais comunidades, com respeito à sua cultura, professores preparados para lidar com as especificidades dessas comunidades, incluindo o ensino nas duas línguas (português e língua local) e materiais que valorizam as suas tradições.

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: O Pronera tem como meta levar a educação para quem mora no campo, trabalhadores rurais e assentados. Ensina desde a alfabetização até cursos técnicos para ajudar no trabalho.

Políticas para Alunos com Deficiência: Não se pode separar a inclusão social das pessoas com deficiência, pois em grande parte, ser deficiente limita a pessoa socialmente, gerando vulnerabilidade (Mazzotta & D'Antino, 2011). Esse programa tenta garantir que alunos com deficiência possam estudar em escolas comuns, mas com o suporte que precisam, como salas especiais e professores preparados.

Figura 1: Matrículas de PCDs em escolas regulares:



Fonte: Censo Escolar MEC/Inep. Gráfico: Maria Tereza Castro.

**Educação para Pessoas Presas:** Esse tema é sempre polêmico por questões ideológicas e polarizações. Não obstante, o programa oferece educação para quem está preso, desde o ensino básico até cursos profissionalizantes. O objetivo é que essas pessoas consigam emprego depois de saírem da prisão e sejam reintegradas à sociedade.

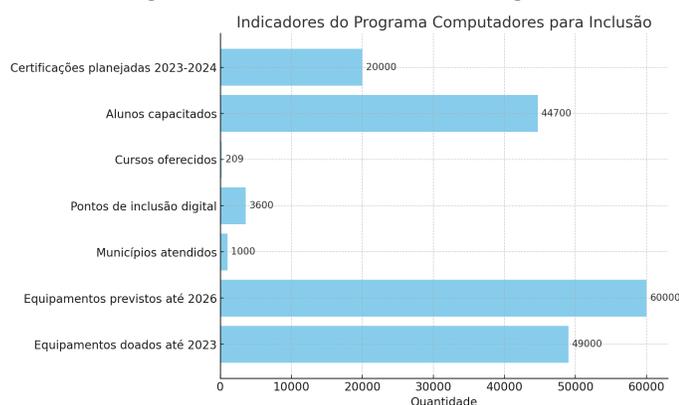
**Educação de Jovens e Adultos:** O EJA é um programa voltado para quem não terminou a escola no tempo certo e quer concluir os estudos. Focado em trabalhadores e pessoas de baixa renda.

**Programa Mais Educação:** Esse programa oferece atividades extras em escolas de áreas pobres, como esporte, arte e reforço nas matérias, para dar uma educação mais completa.

**Inclusão no Ensino Superior:** A Lei de Cotas (L12711, 2012) reserva vagas nas universidades para alunos de baixa renda, negros, indígenas e quem tem deficiência.

**Tecnologia e Inclusão Digital:** O ProInfo leva computadores e internet para escolas públicas, especialmente em áreas pobres. A Educação a Distância, incluindo pessoas de áreas afastadas na educação.

Figura 2: Indicadores de Inclusão Digital



Fonte: Gov.br

**Atendimento Psicológico e Social nas Escolas (L13935, 2019):** Lei criada para que as escolas tenham psicólogos e assistentes sociais para ajudar

os alunos com problemas, como ansiedade e dificuldades em casa.

## VII. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS BARREIRAS NA IMPLEMENTAÇÃO

As dificuldades da inclusão educacional são tanto estruturais quanto culturais. Neste tópico, uma análise crítica e comparativa foi desenvolvida sobre a implementação de práticas inclusivas no Brasil.

**Formação de Professores e Profissionais da Educação:** O professor está no centro do processo de educação, sendo o facilitador direto do aluno para a aprendizagem e o que garante a qualidade do ensino. De acordo com Vygotsky (Chaiklin, 2011), o professor é o que potencializa o educando entre o que ele pode aprender sozinho e o potencial que pode ser atingido com apoio de um mentor, a Zona de Desenvolvimento Proximal. Assim, a formação do professor e de outros profissionais da educação precisa estar focada em necessidades específicas dos alunos. Apesar da LBI, Lei Brasileira de Inclusão e a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que tratam da capacitação contínua e específica para os educadores, a realidade é de docentes que atuam sem o treinamento necessário no que se refere à inclusão (Barros et al., 2015). É uma lacuna que compromete os resultados das políticas, uma vez que a falta de estratégias pedagógicas adaptadas e dificulta o desenvolvimento acadêmico e social desses alunos.

**Adaptações Curriculares e Materiais Pedagógicos:** A legislação educacional determina que as instituições adaptem os currículos e materiais didáticos, de modo a garantir a acessibilidade a todos os estudantes. No entanto, essas adaptações são escassas ou até inexistentes em muitas escolas, especialmente nas redes públicas de regiões com menor investimento. O uso de currículos padronizados que desconsideram as necessidades específicas dos alunos com deficiência prejudicada no processo de aprendizagem, além de limitar a participação ativa desses alunos (Barros et al., 2015). Além disso, a carência de materiais pedagógicos

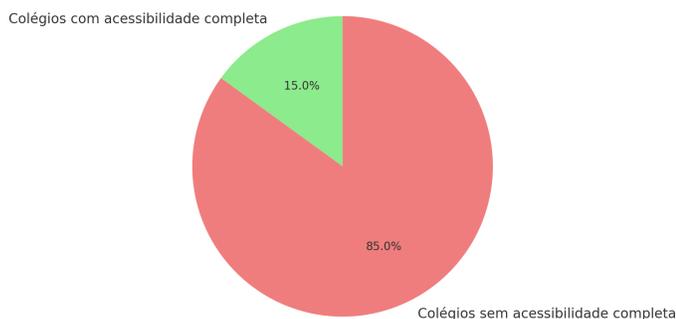
especializados compromete a inclusão eficaz, criando uma barreira à assimilação dos conteúdos.

**Apoio Especializado no Ambiente Escolar:** Para alunos com Educação de Necessidades Especiais (ENE), profissionais como psicopedagogos e terapeutas são muito solidários, pois fornecem acompanhamento multidimensional. No entanto, apesar de ser uma política mais retórica, uma pluralidade de escolas não possui equipes de apoio devido a poucos recursos e altas cargas de trabalho (Barros et al., 2015), comprometendo assim a oferta individualizada.

**Infraestrutura Inclusiva:** De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), todas as instituições de ensino devem ter os meios necessários para acomodar alunos com deficiência, o que oferece moderada facilidade de movimento e segurança para esses alunos. No entanto, dados do Censo Escolar 2023 (CensoPsi 2022), mostram que a acessibilidade dos está presente em apenas 15% dos colégios (públicos e privados), com 100% das salas acessíveis e banheiros adaptados para pessoas com dificuldade de locomoção, o que aliena fisicamente alguns alunos com deficiência e limita o ônus desses alunos no processo de aprendizagem.

Figura 3: Acessibilidade

Acessibilidade em Instituições de Ensino (Censo Escolar 2023)



Fonte: dos autores

**Políticas Públicas e Estrutura de Implementação:** Mesmo que existam políticas de inclusão juntamente com leis, incluindo o status das políticas, há uma

execução fraca, pois, o acompanhamento e a estrutura são ineficientes. A implementação fragmentada diminui o impacto positivo das políticas, especialmente em áreas como e-learning e emprego.

**Preconceito e Exclusão Social:** Mesmo que haja uma disposição constitucional que proíbe a discriminação com base em qualquer razão, esse comportamento discriminatório ainda existe, criando muros invisíveis e estagnando o desenvolvimento de grupos mais vulneráveis. A ausência de campanhas educativas fortalece a estigmatização, mantendo o preconceito como um dos maiores obstáculos à inclusão plena.

Cada um dos pontos analisados, desde uma formação insuficiente de profissionais até limitações de infraestrutura e políticas desatualizadas, dizem que a inclusão educacional no Brasil está distante do ideal em atender a totalidade das pessoas que necessitam de apoio para ter acesso e continuar estudando. Para alcançar uma inclusão efetiva, é necessário que as políticas não sejam apenas elaboradas, mas também acompanhadas de estratégias práticas de implementação e fiscalização, garantindo que os alunos em situação de vulnerabilidade tenham acesso a um ambiente escolar que atenda às suas necessidades específicas de maneira holística e eficaz.

## VIII. ESTUDO DE CASOS

Depois destas análises de leis, programas e estatísticas sobre a realidade brasileira, o pesquisador do presente artigo participou de uma reunião em Guarulhos, cinco coordenadores pedagógicos de escolas públicas e 17 professores do fundamental II e médio. Acontece um evento semestral em uma faculdade particular da cidade em prol de oferecer bolsas de estudos para estudantes da rede pública e, enquanto acontecia a apresentação para os alunos, os professores e coordenadores participaram de um debate informal sobre inclusão de pessoas com vulnerabilidade, com vistas à elaboração deste

tópico. As situações que eles trouxeram foram bem reveladas:

**Salas de Aula Superlotadas:** 14 professores reclamaram que as turmas são tão cheias que é impossível dar atenção especial para os alunos que realmente precisam. Com tanta gente na sala, adaptar o conteúdo para quem tem dificuldade fica muito difícil. Em média, cada turma tem de 40 a 45 alunos. E dentro desse grupo, aproximadamente 10% vêm de realidades desestruturadas ou dificuldades específicas.

**Falta de Participação Familiar:** Quatro coordenadores e 12 professores comentaram que muitos pais quase nunca participavam das atividades da escola, e isso acaba deixando as crianças sem o apoio que precisam. Cerca de 60% dos responsáveis não comparecem em reuniões escolares ou atividades de acompanhamento. Em vários casos, os alunos vivem com cuidadores temporários ou estão em condições financeiras bem complicadas.

**Pouca Formação e Suporte aos Professores:** Tema recorrente em conversas com professores, todos os coordenadores e 15 dos professores falaram que falta preparo para lidar com a inclusão. Também disseram sentir falta de apoio psicológico para lidar com os desafios de sala de aula. Apenas duas das cinco escolas oferecem algum tipo de treinamento sobre inclusão, e mesmo assim, é raro e insuficiente.

**Desmotivação e Sobrecarga dos Professores:** Ainda em relação ao parágrafo anterior, 13 professores desabafaram sobre o cansaço emocional que sentem, principalmente por assumirem papéis que vão além do ensino, como ouvir os problemas dos alunos e ajudar na mediação de conflitos. Em algumas escolas, os professores pegam turmas seguidas com muitos alunos em situação de vulnerabilidade. Isso acaba de sobrecarregar, já que eles se tornam uma espécie de apoio emocional para os alunos.

**Estigmatização dos Alunos Vulneráveis:** oito professores e dois coordenadores comentaram que alunos em situação de pobreza ou com histórico de

violência muitas vezes são vistos de forma negativa, o que afeta a relação deles com colegas e professores. Alguns alunos ficam marcados pela condição social, o que impacta suas relações na escola e às vezes até as expectativas que os educadores têm sobre eles.

Além dos relatos dos professores, alguns alunos conversaram, de maneira informal, com o elaborador do presente artigo. Três situações diferentes e aleatórias, mas que descrevem a realidade efetividade do tema proposto:

J., 14 anos, 9º ano, Transtorno de Aprendizagem Específica: "Antes de vir para esta escola, eu descobri que não conseguiria aprender igual aos outros. Nas escolas em que estive antes, eu senti muita dificuldade porque não havia estrutura para me ajudar, e eu me senti sempre perdido. Aqui, tudo mudou. Os professores focam nas nossas dificuldades e dão atenção para que eu acompanhe o conteúdo. Além disso, a escola tem tecnologias que prendem minha atenção e me ajudam a entender melhor, e eu tenho a ajuda de uma psicopedagoga que acompanha meu desenvolvimento o tempo todo. Também tem um psicólogo escolar que me ouve e me dá dicas para melhorar, e isso me ajudou até mesmo nas minhas amizades. Acho injusto que no ensino público eu nunca tive esse suporte, porque sei que muitos estudantes também precisam disso."

Esse depoimento evidencia a ineficácia das políticas públicas inclusivas no ensino básico público, que não deseja oferecer a J. o apoio necessário para o seu desenvolvimento. A experiência atual de J., em uma escola particular com estrutura inclusiva e apoio contínuo de profissionais avançados, reforça a importância de investimentos em políticas inclusivas que oferecem recursos semelhantes para alunos da rede pública.

M., 16 anos, 2º ano do Ensino Médio, Família em Situação de Pobreza: "Minha família sempre teve dificuldades, e eu pensei em desistir várias vezes, porque não parecia fazer sentido continuar. Mas com a ajuda dos programas sociais, minha família

conseguiu um apoio, e isso permitiu que eu continuasse na escola. Hoje, vejo que estudar mudou muito a minha vida. Sinto que tenho mais oportunidades, e a escola me deu uma chance de melhorar o que antes parecia impossível. Esses programas fizeram uma diferença enorme para mim e para minha família, nos ajudando a ter mais qualidade de vida para quem está numa situação como a minha, essas políticas realmente ajudam a mudar as coisas."

O depoimento de M. mostra que, em sua experiência, as políticas sociais foram eficazes ao oferecer o suporte necessário para que ela permanecesse na escola. Esse apoio foi crucial para que ela pudesse vislumbrar um futuro melhor e acessar oportunidades que, de outra forma, estariam fora de seu alcance. Isso reforça a importância de manter e expandir esses programas para beneficiar mais jovens em condições socioeconômicas semelhantes.

L., 15 anos, 7ª série, Evasão Escolar e Retorno aos Estudos: "Eu já tinha desistido de estudar por causa dos problemas com minha família. Fiquei 2 anos fora da escola. Meus pais se separaram, e eu fiquei muito desanimado com a escola. Mas um dos meus professores percebeu que eu estava com dificuldades e passou a me dar atenção especial. A equipe da escola, junto com o apoio psicossocial, me ajudou a voltar e a continuar. Hoje, me sinto mais motivado e sei que posso contar com alguém lá. professores e a equipe da escola se envolvem sem essa ajuda, eu teria parado de estudar de vez."

O relato de L. destaca que o sucesso das políticas públicas de inclusão depende diretamente do envolvimento e dedicação dos profissionais que as implementam, mesmo em uma escola pública da periferia. O apoio psicossocial e a atenção do professor foram fundamentais para que ele retomasse os estudos, mostrando que, embora as políticas estejam em vigor, sua eficácia está ligada à ação comprometida de quem as executa.

Esses relatos mostram o quanto a inclusão ainda

é um desafio nessas escolas e como é importante contar com mais estrutura e suporte para atender essas crianças de forma mais justa e acolhedora.

## IX. DISCUSSÃO E RESULTADOS

À luz do exposto anteriormente fica evidente que no Brasil há uma constante tensão entre a teoria e a prática da inclusão educacional. Existem marcos legais fundamentais para promover uma educação mais equitativa; no entanto, a realidade nas escolas não reflete isso de maneira eficaz. É essencial investigarmos minuciosamente os fatores responsáveis por essa disparidade e avaliar estratégias práticas e eficazes para enfrentá-la.

O primeiro ponto para discussão é a diferença entre teoria e a prática. As leis são claras: a inclusão é um direito. Documentos como a LDB e o Estatuto da Pessoa com Deficiência determinam que todos os alunos, independentemente de suas condições, devem ter acesso à educação de qualidade. Mas a teoria não sustenta a prática se não houver ações reais que apoiem. Muitas vezes, o conceito de inclusão se reduz a permitir que os alunos sejam apresentados na sala de aula, mas sem qualquer suporte adaptado ou estratégia pedagógica que os envolva de verdade. Essa falha cria uma barreira invisível que impede o aprendizado significativo, transformando a inclusão em uma ilusão que não se traduz em resultados concretos.

A infraestrutura escolar é insuficiente. É um reflexo direto do compromisso com a inclusão. Em muitos casos, um reflexo sombrio. As escolas enfrentam uma dura realidade: não há rampas de acesso, banheiros adaptados ou salas de aula com espaço suficiente para acolher alunos com deficiência de forma segura e confortável. Esses problemas de acessibilidade excluem, de forma indireta, muitos alunos do processo de ensino. Sem uma estrutura física adequada, a presença de sala de aula pode se tornar um peso para o aluno, em vez de uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

Sempre um assunto crítico e central, a formação dos professores. O papel do professor na inclusão não pode ser subestimado. Ele é o mediador entre o aluno e o conhecimento, e seu preparo faz toda a diferença. No entanto, muitos professores ingressam na profissão sem a formação específica necessária para lidar com a diversidade em sala de aula. O treinamento contínuo é insuficiente ou inexistente, e falta suporte para que eles desenvolvam habilidades para atender alunos com necessidades específicas, agravando o problema. Com um sistema que oferece pouco incentivo à capacitação, o impacto recai sobre o aluno, que perde oportunidades valiosas de aprendizado.

A rigidez do currículo escolar, que segue padrões que não refletem a diversidade de capacidades e ritmos de aprendizagem dos alunos. Isso significa que crianças e adolescentes com necessidades específicas, que poderiam se beneficiar de um currículo adaptado, acabam abandonados. O currículo rígido perpetua um modelo de ensino que não conversa com a realidade de uma sala de aula inclusiva, criando uma experiência educacional desigual e desmotivadora. Adaptar o currículo para torná-lo mais dinâmico e capaz de acolher diferentes formas de aprendizado é um passo necessário para que a inclusão seja mais do que um discurso.

Um problema que vai além da sala de aula, mas que é de inevitável discussão na educação, a desigualdade social é um dos obstáculos mais difíceis de superar quando se fala em inclusão. Alunos de contextos socioeconômicos desfavorecidos não enfrentaram apenas as dificuldades inerentes ao aprendizado; eles carregam o peso de uma vida marcada por limitações de recursos, falta de apoio em casa e, muitas vezes, responsabilidades adultas desde cedo. Embora programas como o Bolsa Família sejam uma tentativa de reduzir esse fosso, a verdade é que não conseguem resolver todos os problemas que surgem de uma estrutura social desigual. A inclusão, nesse contexto, precisa de mais do que leis e programas

isolados. É necessário um esforço conjunto que envolva políticas de combate à pobreza e investimento em educação que vá além do mínimo, abraçando uma visão de longo prazo.

As famílias têm um papel essencial na inclusão escolar e podem fazer diferença na vida dos alunos, especialmente dos que precisam de apoio extra. No entanto, muitos pais, principalmente os de baixa renda, enfrentam barreiras para participar mais ativamente da vida escolar dos filhos. Segundo dados recentes, cerca de 60% das famílias em situação de vulnerabilidade não conseguem acompanhar regularmente as atividades escolares (IBGE, 2023), muitas vezes por questões como trabalho em horários incompatíveis, falta de recursos financeiros ou até dificuldades para chegar à escola.

Além disso, algumas famílias se sentem despreparadas para apoiar o aprendizado de crianças com necessidades específicas, o que mostra a importância de um suporte mais próximo e informativo por parte das escolas. Nas localidades em que essa parceria entre escola e família funciona, os resultados são visíveis: alunos com mais presença, maior envolvimento e menos risco de abandono escolar. Criar condições para que as famílias possam participar e compreender o papel delas na inclusão escolar é, portanto, uma medida eficaz.

As políticas de inclusão educacional no Brasil ainda têm um longo caminho a percorrer para se tornarem efetivas. Elas devem transcender o papel e se manifestar em ações que realmente transformam a experiência educacional dos alunos mais vulneráveis. Para isso, é fundamental enfrentar as questões de infraestrutura, investir na formação de professores, flexibilizar o currículo e, sobretudo, considerar o impacto da desigualdade social de maneira mais profunda. Só assim será possível garantir uma educação inclusiva de verdade, onde cada aluno, independentemente de suas limitações, tenha as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver.

## X. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre inclusão educacional no Brasil mostra dois cenários possíveis para o futuro, que dependem de investimentos e mudanças concretas. A diferença entre continuar no caminho atual e investir em uma educação realmente inclusiva pode transformar profundamente a realidade escolar e social do país.

**Cenário Sem Melhorias ou Investimento:** Se as políticas de inclusão e a infraestrutura das escolas continuarem sem receber atenção e recursos suficientes, as desigualdades educacionais vão se acentuar. Na prática, isso significa que os alunos mais vulneráveis, como os com deficiência e as famílias de baixa renda, continuarão a enfrentar barreiras para aprender e se desenvolver. A evasão escolar vai aumentar, e os índices de desempenho vão permanecer baixos. A falta de suporte nas escolas contribui para uma segregação que não se vê apenas nas estatísticas, mas no dia a dia das salas de aula, onde muitos alunos ficam isolados ou têm suas potencialidades ignoradas. Sem mudanças, o sistema educacional segue reforçando a exclusão e a desigualdade social.

**Cenário com Implementação das Propostas e Investimentos:** Por outro lado, com investimentos sérios em infraestrutura, formação de professores e tecnologias assistivas, a situação pode ser bem diferente. Um ambiente escolar mais adaptado e acolhedor faz com que os alunos se sintam parte do processo e tenham condições de aprender de acordo com suas necessidades. Isso não apenas melhora o desempenho e reduz a evasão, mas cria um espaço onde a inclusão é de fato praticada e não apenas falada.

Em um cenário de investimento adequado em tecnologias assistivas e em ferramentas digitais, há maior inclusão de alunos com diferentes necessidades. Recursos como leitores de tela e aplicativos de conversão de texto em áudio permitiriam que estudantes com deficiência visual ou dislexia acessassem o conteúdo de forma autônoma. Ferramentas de comunicação aumentadas e

alternativas (CAA), como aplicativos que convertem imagens em fala, facilitariam a participação de alunos com dificuldades de comunicação, especialmente aqueles dentro do espectro autista.

A realidade virtual também teria um papel importante, oferecendo simulações de ambientes sociais e educativos que ajudariam alunos com dificuldades de interação a desenvolver habilidades sociais e cognitivas em um espaço seguro e controlado. Com investimentos, essas tecnologias seriam amplamente renovadas nas escolas públicas, acompanhadas de uma capacitação robusta dos educadores para utilizá-las de forma eficaz. Nesse cenário, as barreiras de aprendizagem seriam significativamente reduzidas, e os alunos com necessidades específicas teriam condições reais de desenvolver seu potencial ao lado de seus colegas, em um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

Quando o sistema oferece suporte real aos professores e adapta o currículo para incluir diferentes formas de aprendizagem, todos saem ganhando — a escola, os alunos e a sociedade como um todo.

**Comparação dos Cenários:** Comparar esses dois cenários ajuda a entender o que está no jogo. Sem investimento, o ciclo de exclusão continua prendendo os alunos em uma realidade que não oferece perspectiva de mudança. Com políticas bem aplicadas e investimento em inclusão, a escola se torna um espaço de crescimento e preparação para a vida. A inclusão vai além da teoria e se concretiza no cotidiano, fazendo com que todos, independentemente das suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso contribui para uma sociedade mais igualitária, onde o aprendizado e o desenvolvimento pessoal são possíveis para todos.

Este trabalho reforça a urgência em reconhecer e enfrentar os principais desafios da inclusão educacional no Brasil. Identificar essas barreiras é apenas um início tímido para a construção de um

sistema educacional mais justo e acessível. Propomos soluções práticas que, se aplicadas, têm o potencial de transformar a realidade de muitos alunos que hoje ainda enfrentam dificuldades para obter uma educação de qualidade. Além disso, é importante que toda a sociedade se sensibilize para a necessidade da inclusão como um direito fundamental e que uma educação inclusiva beneficia não apenas os alunos diretamente envolvidos, mas toda a comunidade, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e preparada para acolher a diversidade.

## XI. REFERÊNCIAS

- BARROS, A. B.; SILVA, S. M. M. da; COSTA, M. da P. R. da. Dificuldades no processo de inclusão escolar: Percepções de professores e de alunos com deficiência visual em escolas públicas. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, v. 35, n. 88, p. 145-163, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 26 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm). Acesso em: 26 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 27 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 26 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm). Acesso em: 27 out. 2024.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 out. 2024.
- BRASIL; JONES, B. D. Agenda setting: Mudanças e a dinâmica das políticas públicas Uma breve introdução. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 1486-1497, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200780>. Acesso em: 26 out. 2024.
- CENSO PSI 2022: CFP divulga os resultados da maior pesquisa sobre o exercício profissional da Psicologia brasileira. Conselho Federal de Psicologia (CFP), 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/censopsi-2022-cfp-divulga-os-resultados-da-maior-pesquisa-sobre-o-exercicio-profissional-da-psicologia-brasileira/>. Acesso em: 29 set. 2024.
- CHAIKLIN, S. A zona de desenvolvimento próximo na análise de Vigotski sobre aprendizagem e ensino. *Psicologia em Estudo*, v. 16, p. 659-675, 2011.
- DEWEY, J. Democracia e Educação: Capítulos Essenciais. 1. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. 58. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Fundeb. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/fundeb-home>. Acesso em: 27 out. 2024.
- GARDNER, H.; VERONESE, M. A. V.; BARBOSA, M. C. S. Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 1995.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, v. 27, p. 47-69, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>. Acesso em: 27 out. 2024.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*. 1. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MAZZOTTA, M. J. da S.; D'ANTINO, M. E. F. *Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: Cultura, educação e lazer. Saúde e Sociedade*, v. 20, p. 377-389, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200010>. Acesso em: 27 out. 2024.

SILVA, L. F. S. da. *Estudos revelam impacto da redistribuição de renda no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuicao-de-renda-no-brasil>. Acesso em: 27 out. 2024.

VASCONCELOS, J. C.; LIMA, P. V. P. S.; ROCHA, L. A.; KHAN, A. S. *Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: A importância para o desempenho educacional. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 29, p. 874-898, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802245>. Acesso em: 26 out. 2024.

VIGOTSKI, L. S. *A Formação Social da Mente. Edição Padrão*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.